



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

## CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL – RGF

Este RGF se refere à consolidação dos relatórios do terceiro quadrimestre de 2021 de todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás, incluindo o Poder Executivo, DPE-GO, ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO, TJ-GO. O demonstrativo foi elaborado com base nos dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados, disponíveis nos respectivos Portais de Transparência e se encontra em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, estarei também assinando os seguintes demonstrativos, de acordo com a tabela a seguir.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal
5	Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
6	Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO - Todos os Poderes  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2021  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>18.824.484.181,59</b>	<b>16.761.230,32</b>
2	Pessoal Ativo	11.502.582.536,76	5.882.342,45
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.848.117.027,25	4.486.428,61
4	Obrigações Patronais	1.654.465.509,51	1.395.913,84
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	7.260.927.581,08	903.852,42
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.991.785.357,65	742.108,05
7	Pensões	1.269.142.223,43	161.744,37
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	60.974.063,75	9.975.035,45
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>4.210.145.002,84</b>	<b>4.902.116,27</b>
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	58.427.583,16	3.505.535,75
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	305.023.964,77	0,40
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	995.806.102,16	1.311.381,41
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.850.887.352,75	85.198,71
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>14.614.339.178,75</b>	<b>11.859.114,05</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.545.320.020,20	
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.720.535,52	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	407.843,00	
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	31.539.191.641,68	
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>14.626.198.292,80</b>	<b>46,37</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60,00%	18.923.514.985,01	60,00
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57,00%	17.977.339.235,76	57,00
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	17.031.163.486,51	54,00

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, (incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2021, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO - Todos os Poderes  
CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 | QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		LIQUIDADAS													
		jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.500.581.491,13</b>	<b>1.532.397.039,72</b>	<b>1.516.116.860,92</b>	<b>1.492.740.382,26</b>	<b>1.514.588.814,89</b>	<b>1.575.420.868,85</b>	<b>1.542.283.272,65</b>	<b>1.515.950.280,37</b>	<b>1.537.368.245,43</b>	<b>1.593.566.704,20</b>	<b>1.627.847.476,48</b>	<b>1.875.632.744,39</b>	<b>18.824.484.181,59</b>	<b>16.761.230,32</b>
2	Pessoal Ativo	915.273.653,33	913.704.912,40	913.115.083,90	906.203.782,81	922.447.942,15	979.502.418,40	944.240.580,10	922.394.085,24	918.572.659,94	954.349.268,66	978.607.282,95	1.234.170.863,88	11.502.582.536,76	5.882.342,45
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	784.066.827,37	780.511.789,24	779.568.795,29	772.101.255,27	789.061.946,76	845.400.475,99	805.624.325,63	786.031.939,57	786.064.051,20	818.026.875,31	837.615.582,33	1.063.713.163,29	9.848.117.027,25	4.486.428,61
4	Obrigações Patronais	131.266.828,96	133.193.123,16	133.156.288,61	134.102.527,54	133.385.995,39	134.101.942,41	138.616.254,47	136.362.145,67	132.508.608,74	136.322.393,35	140.991.700,62	170.457.700,59	1.654.465.509,51	1.395.913,84
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	585.307.834,80	613.679.359,80	597.758.547,66	581.877.486,19	584.412.082,84	590.149.895,52	595.072.313,69	590.159.466,14	612.798.982,40	633.510.663,28	642.671.232,21	633.529.716,56	7.260.927.581,08	903.852,42
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	483.273.474,57	507.898.145,27	495.217.239,27	477.637.885,30	482.337.963,47	484.770.670,80	489.649.375,51	486.038.781,43	502.296.677,99	523.057.932,89	529.245.044,49	530.361.946,66	5.991.785.357,65	742.108,05
7	Pensões	102.034.360,23	105.781.214,53	102.541.308,39	104.239.600,88	102.074.099,37	105.379.024,72	105.422.938,18	104.120.684,71	110.502.304,41	110.452.730,39	113.426.187,72	103.167.769,90	1.269.142.223,43	161.744,37
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	5.012.767,52	5.243.229,36	4.659.113,57	7.728.789,90	5.768.554,93	2.970.378,86	3.396.728,99	5.996.603,09	5.696.772,26	6.568.961,32	7.932.163,95	60.974.063,75	9.975.035,45
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>317.289.309,10</b>	<b>355.137.037,44</b>	<b>334.118.641,82</b>	<b>314.265.186,10</b>	<b>320.575.382,19</b>	<b>317.031.578,53</b>	<b>317.888.119,58</b>	<b>311.098.032,03</b>	<b>332.204.104,29</b>	<b>365.388.356,28</b>	<b>359.922.618,52</b>	<b>675.226.636,96</b>	<b>4.210.145.002,84</b>	<b>4.902.116,27</b>
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.912.152,49	2.621.306,53	3.196.930,27	2.281.630,79	2.295.003,66	3.375.996,71	3.588.591,90	6.700.978,28	7.965.284,16	8.811.526,89	8.376.657,93	6.301.523,55	58.427.583,16	3.505.535,75
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	279.405,65	349.128,96	306.100,71	436.608,05	337.412,86	378.921,20	32.090.865,95	29.159.370,40	58.660.989,95	70.798.465,03	65.842.656,04	46.296.239,67	305.023.964,77	0,40
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	94.788.396,10	130.562.612,78	108.603.631,04	92.390.976,14	100.377.589,33	93.349.510,79	57.598.771,70	55.604.912,49	47.590.639,45	54.053.422,74	55.057.173,70	105.987.265,84	995.806.102,16	1.311.361,41
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	219.329.354,56	221.603.989,17	222.021.779,80	219.155.971,12	217.565.376,34	219.929.149,83	224.649.090,03	219.632.770,86	217.987.190,73	221.724.941,62	230.646.130,79	416.641.607,90	2.850.887.352,75	85.198,71
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.183.292.182,03</b>	<b>1.177.260.002,28</b>	<b>1.181.998.219,10</b>	<b>1.178.475.196,46</b>	<b>1.194.013.432,70</b>	<b>1.258.389.290,32</b>	<b>1.224.395.183,07</b>	<b>1.204.852.248,34</b>	<b>1.205.164.141,14</b>	<b>1.238.168.347,92</b>	<b>1.267.924.857,96</b>	<b>1.300.406.107,43</b>	<b>14.614.339.178,75</b>	<b>11.859.114,05</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		31.545.320.020,20
17	(i) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (IV) (§13, art. 166 da CF)		5.720.535,52
18	(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		407.843,00
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		31.539.191.641,68
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II b)</b>		<b>14.626.198.292,80</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60,00%		18.923.514.985,01
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57,00%		17.977.339.235,76
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%		17.031.163.486,51

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2021, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

NOTAS: 1. ALEGO A quantificação dos valores que compõem o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - do 3º quadrimestre de 2021, considera a "residência econômica" buscando a "representação fidejussória". Neste sentido, não considerando o total da ND 31909402 (indenizações e restituições Trabalhistas em Geral) na linha de dedução de "indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária", esclarecendo que a parcela que entrou na dedução "refere-se somente àquelas e caráter indenizatório, e não o valor total informado na ND 31909402, pois existem pagamentos que não são passíveis de dedução".

2. TCM-GO.

a) Emissão razão das naturezas de despesas relacionadas ao elemento de despesa 91 - Sentenças Judiciais. Esses valores foram utilizados para as indenizações tanto de ativos quanto de inativos e pensionistas. Nesse sentido, o valor total dessas naturezas 3190103, 31909104 e 31909111 no total de R\$ 2.890.265,28 foi subdividido nas linhas de "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis", "Aposentadorias, Reservas e Reformas" e "Pensões".

b) Emissão razão do valor da execução da ND 31909402 (indenizações e Restituições Trabalhistas em Geral) no mês de Novembro/2021. Quando parte na linha de "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" (R\$ 218.157,80) e parte na linha de "Pensões" (R\$ 415.671,11).

3. TJ-GO. Para permitir maior transparência os valores das naturezas de despesas 3.1.90.91.03 e 3.1.90.91.04, referentes ao mês de julho, agosto e setembro, que não estão segregadas em ativos, inativos e pensionistas, foram alocadas em Despesa Bruta com Pessoa (a) nas linhas denominadas "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis", "Aposentadorias e Reformas" e "Pensões" por meio de rateio. Estes valores constam, acumuladamente, na linha "Decorrentes de Decisão Judicial de Período anterior ao da Apuração", em "Despesas Não Computadas".

4. MP-GO. Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2016, parte da despesa com "Pessoal Inativo e Pensionista" foi empenhada na Unidade Orçamentária nº 1780 (FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - FPPPS) no valor de R\$ 100.574.182,52, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021.

5. TCE-GO.

a) Parcela correspondente ao montante de R\$ 735.954,96, líquida na Natureza de Despesa 3.1.90.94.02, referente apenas às licenças-prêmios concedidas em favor de servidores inativos, executada na Unidade Orçamentária 0201, não compõe o presente relatório, dado seu caráter indenizatório, conforme disposto no Acórdão nº 3.080/2019 - TCEGO. (Exclusão no bruto e dedução - sem alteração no resultado).

b) Em janeiro de 2021, foram liquidados R\$ 7.685,00 na Natureza de Despesa 3.1.90.91.13. Em função da inexistência de subelemento específico no Ementário de Goiás que identifique cada segmento, há a seguinte distribuição dos valores: R\$ 6.660,03 alocados na linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" e R\$ 1.025,00 alocados em "Aposentadorias, Reserva e Reformas", entretanto, nenhum desses valores foram lavados à linha "Decorrentes de Decisão Judicial de Período anterior ao da Apuração", uma vez que o sentido empregado nessa natureza é o disposto no Guia de Aprovação do Estado de Goiás (Tabela com a classificação das despesas para o Estado de Goiás), ou seja, com o sentido de retenciones/deduzidos/decortos, que por sua vez não encontra correspondência com o elemento 91 disposto no Manual Técnico Orçamentário - MTO, 8º Edição, que é de créditos devidos aos Ativos/Inativos/Pensionistas. Desse decomposto de abrangência entre o elemento 91 da esfera estadual e federal, aliado ao fato de que las despesas estão dentro do período de apuração do presente relatório, decorre o seu não compôm à linha "Decorrentes de Decisão Judicial de Período anterior ao da Apuração", isto é, em essência, dada divergência de sentidos e competência de apuração, não se trata de item dedutível da Despesa Bruta de Pessoal. (RATEIO).

c) Em decorrência da inexistência de subelemento específico no Guia de Aprovação do Estado de Goiás (Tabela com a classificação das despesas para o Estado de Goiás), para executar as despesas correspondentes aos "Juros sobre Diferenças Salariais" de Exercícios Anteriores que identifiquem separadamente os segmentos de Ativo, de Inativo e de Pensionista, a Natureza de Despesa 3.1.90.92.42 foi empregada com a seguinte distribuição: R\$ 13.540.030,33 em "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis"; R\$ 36.279.129,81 em "Aposentadorias, Reserva e Reformas"; e R\$ 1.379.304,34 em "Pensões". (RATEIO).

6. EXECUTIVO-GO.

6.1. Exclusão da linha referente a "Outros Benefícios Previdenciários", sendo em vista que a EC nº 109/2019 inibiu os benefícios previdenciários às aposentadorias e à pensão por morte, conforme Nota Técnica 193/2020/ME de 03/01/2020. Na vigência do MDF 10º edição, conforme o respectivo Mapeamento instituído pela STN, as despesas liquidadas na Natureza de Despesa 31909205 ou no elemento 06 eram classificadas na referida linha.

Na União, a ciência saúde e o salário maternidade passaram a ser classificadas no elemento de despesa "11 - Vencimentos e Vantagens Fixas", ainda vinculados ao Grupo Natureza de Despesa "01 - Pessoal e Encargos Sociais". Por outro lado, os benefícios salário-família e auxílio-reclusão, passaram a ser considerados como de natureza assistencial e, portanto, passaram a ser vinculados ao Elemento de Despesa "08 - Outros benefícios assistencial", no Grupo Natureza de Despesa "03- Outras Despesas Correntes". Por fim, o Elemento "05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar" foi excluído.

NOTAS:

2021	Descrição	Mapeamento MDF 11ª Edição
31.90.11.50	Vencim. e Sal - Pror. Salário Maternidade	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis
31.90.11.08	Auxílio-Doença (Licença para Tratamento de Saúde)	
33.90.08.16	Auxílio-Reclusão Ativo Civil	
33.90.08.17	Salário-Família Ativo Civil	
33.90.08.18	Salário-Família Ativo Militar	
33.90.08.19	Salário-Família Inativo Civil	
33.90.08.20	Salário-Família Inativo Militar	
33.90.08.21	Salário-Família Pensionista Civil	
33.90.08.22	Salário-Família Pensionista Militar	

b) No Estado de Goiás, conforme consulta ao SIOFI, as Naturezas de Despesas ligadas ao elemento 05 foram mantidas no orçamento de 2020 e 2021.

2021	Descrição	Mapeamento MDF 11ª Edição
31.90.05.01	Salário Família - Ativo Civil	Salário família e auxílio reclusão, por serem de natureza assistencial - não entram na apuração da Despesa Bruta com Pessoal (DBP) no Mapeamento da STN. Foram remanejadas para Naturezas de Despesas do Grupo 3, na União.
31.90.05.02	Salário Família - Ativo Militar	
31.90.05.03	Salário Família - Inativo Civil	
31.90.05.04	Salário Família - Inativo Militar	
31.90.05.05	Salário Família - INSS	
31.90.05.06	Auxílio Reclusão - Servidor Civil	
31.90.05.07	Auxílio Reclusão - Servidor Militar	
31.90.05.08	Auxílio Doença - Servidor Civil	
31.90.05.09	Auxílio Doença - Servidor Militar	
31.90.05.10	Salário Maternidade - Servidor Civil	
31.90.05.11	Salário Maternidade - Servidor Militar	Não constam do Mapeamento 11ª edição do MDF. Considerando que consta em vigência em 2021 no SIOFI, passam a ser consideradas na linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis".
31.90.05.12	Salário Maternidade - Contrato por Tempo Determinado	
31.90.05.13	Remuneração por Permanência em Abdição - Civil	

c) ND 31909205-Outros Benef. Prev. Do Servidor ou do Milita" citado pela STN no Mapeamento 10º do MDF para composição da Linha "Outros Benefícios Previdenciários" não existe na lista de Naturezas de Despesas de Goiás. Desde 2020 e 2021, o código correspondente está no grupo 3, ND 33909205 - Outros Benefícios Assistências, por tratar-se de natureza assistencial, não foi considerado como Despesa Bruta de Pessoal.

d) Conforme Nota Técnica SEI nº 1932020ME, disponível em <https://sisew.tesouro.gov.br/apex?pp=25015--9-P9\_ID\_PUBLICACAO33460>, o elemento de despesa 05 (Outros Benefícios Previdenciários) foi extinto. As naturezas de despesas relacionadas a salário família e auxílio reclusão, ligadas a este elemento, foram remanejadas do grupo de despesas 1 para o grupo de despesas 3, na União, com base na Nota Técnica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - Nota Técnica SEI nº 12212/2019ME, por terem sido consideradas assistências.

e) Ate o fechamento do bimestre foi executado no Estado de Goiás o total de R\$ 17.929,13 nas ND 31.90.05.01 e 31.90.05.05, respectivamente, Salário Família Ativo Civil e Salário Família INSS. Para harmonização da execução com as regras da União (que criou novo código de despesas para o salário família, dentro do grupo 3, ND 33.90.08.56), foi efetuado de-para no SICRFN: de 31.90.05.01 e 31.90.05.05 para 3.3.90.08.56. Desta forma o valor ora apontado migra da linha "Pessoal e Encargos Sociais" para a linha "Outras Despesas Correntes".

6.2. O Mapeamento instituído pela STN para o MDF 11ª edição, prevê que as colunas de valores dos 12 últimos meses do Anexo I Relatório de Gestão Fiscal, devem utilizar valores liquidados, considerando as contas contábeis ali indicadas para filtro dos valores: 6.2.2.1.3.03.00 CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR + 6.2.2.1.3.04.00 CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO + 6.2.2.1.3.07.00 EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS. E em consulta à STN foi mantido o entendimento de que eventuais anulações de liquações, devidamente justificadas, deverão ser levadas ao RGF conforme mês corrente de anulação, não devendo os valores retroceder no tempo no relatório para se juntarem ao mês em que foi efetuada a liquidação.

6.3. O demonstrativo de despesa com pessoal de cada Poder, em separado, contempla os inativos e pensionistas que foram executados pela Goiaprev.

6.4. Considerando que no total apurado pelo Poder Executivo consta o montante de R\$ 60.550.630,41 (sessenta milhões, quinhentos e cinquenta mil, secentos e trinta reais e quarenta e um centavos) da Defensoria Pública de Goiás, apresenta-se abaixo o resumo da consolidação, com apuração do percentual executado por cada Poder quanto a "Despesa Total com Pessoal - DTP (VIII)" em relação à "Receita Corrente Líquida Ajustada (VII)".

	EXECUTIVO + DPE-GO		ALEGO		TOC-GO		TOC-GO		F-P-GO		MP-GO		TOTAL	
	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP	LIQUIDADO	RPNP
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)</b>	<b>14.494.777.792,78</b>	<b>8.750.353,84</b>	<b>576.613.330,31</b>	<b>28.897,30</b>	<b>423.001.302,77</b>	<b>1.100.729,57</b>	<b>188.453.651,04</b>	<b>4.748.320,00</b>	<b>2.366.668.509,87</b>	<b>2.104.318,05</b>	<b>769.023.594,82</b>	<b>28.181,58</b>	<b>18.824.494.181,59</b>	<b>16.761.230,32</b>
Pessoal Ativo	8.485.538.271,81	695.524,35	526.652.221,21	28.897,30	401.588.199,40	240.943,00	117.298.199,33	4.748.320,00	1.933.946.543,69	446,16	577.226.798,71	28.181,58	15.632.582.536,76	5.982.242,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.433.605.252,75	757.197,32	381.634.466,15	28.897,30	311.525.276,42	230.365,65	98.546.176,35	3.445.570,00	1.933.049.531,77	446,16	490.647.733,17	28.181,58	8.946.179.027,25	4.496.428,81
Obrigações Patronais	1.242.222.984,31	78.328,63	95.345.582,36	0,00	30.071.727,88	14.237,21	19.448.422,00	1.303.350,00	230.797.729,82	0,00	66.578.062,94	0,00	1.654.465.929,51	1.336.913,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.771.363.638,65	43.665,91	233.754.307,80	0,00	227.604.364,37	860.195,51	70.464.452,65	0,00	759.338.076,50	0,00	18.156.798,11	0,00	7.260.527.561,08	903.852,42
Recomendações, Restos a Pagar e Retenções	4.779.000.545,71	30.280,91	95.703.790,30	0,00	200.074.325,32	70.196,31	57.477.392,24	0,00	816.424.744,64	0,00	145.236.340,54	0,00	5.591.767.957,65	742.930,65
Pensões	991.663.093,34	13.378,00	45.392.303,50	0,00	27.530.011,16	148.368,21	13.047.067,41	0,00	144.443.263,86	0,00	45.553.957,57	0,00	1.269.162.223,43	161.744,21
Valor de despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (II P do art. 15 da LRF)	58.163.616,07	7.871.913,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.824.247,68	2.103.871,87	0,00	0,00	60.974.063,75	9.975.025,45
Despesa com Pessoal não Encarada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA NÃO COMPUTADAS (III P do art. 19 da LRF)</b>	<b>2.423.287.547,79</b>	<b>21.700,79</b>	<b>206.373.700,23</b>	<b>0,00</b>	<b>131.472,40</b>	<b>48.653.226,82</b>	<b>4.748.320,00</b>	<b>1.000.430.302,38</b>	<b>5,00</b>	<b>239.441.129,45</b>	<b>0,00</b>	<b>4.210.145.002,84</b>	<b>4.382.116,27</b>	
Indenizações por Danos a Imagem e Emergência Variável	29.140.822,95	295,78	1.548.936,64	0,00	87.854,92	53.669,97	2.271.634,58	3.445.570,00	0,00	0,00	34.238.574,87	0,00	58.427.563,16	3.505.535,35
Decoretas de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.046.077,21	0,40	0,00	0,00	0,00	2.890.265,28	0,00	301.087.622,26	0,00	0,00	0,00	0,00	305.023.964,77	0,40
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	109.757.371,20	6.028,41	173.618.792,28	0,00	30.635.020,90	0,00	3.272.016,04	1.350.350,00	443.953.750,16	3,00	84.560.381,68	0,00	335.808.922,16	1.311.381,41
Inativos e Pensionistas com Restos a Receber	2.296.141.277,09	13.378,30	31.528.225,51	0,00	53.820.146,79	71.822,51	32.224.500,82	0,00	335.389.000,82	0,00	10.574.182,52	0,00	2.650.607.552,75	65.198,71
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III + B - II)</b>	<b>12.065.430.245,03</b>	<b>8.729.653,05</b>	<b>370.233.626,08</b>	<b>28.897,30</b>	<b>275.048.300,16</b>	<b>963.237,05</b>	<b>147.600.424,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.286.178.127,43</b>	<b>2.104.318,05</b>	<b>469.582.455,77</b>	<b>28.181,58</b>	<b>14.614.333.178,75</b>	<b>11.859.114,05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.074.218.898,08</b>	<b>8.750.353,84</b>	<b>370.262.433,38</b>	<b>28.897,30</b>	<b>276.017.537,25</b>	<b>963.237,05</b>	<b>147.600.424,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.288.282.442,54</b>	<b>2.104.318,05</b>	<b>469.610.557,33</b>	<b>28.181,58</b>	<b>14.626.198.232,80</b>	<b>11.859.114,05</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>31.545.520.620,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(I) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (VilFD), art. 106 da CF)	5.720.525,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(II) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 105, § 1º, da CF) (VI)	407.843,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)</b>	<b>31.539.191.644,68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + B - II)</b>	<b>14.626.198.232,80</b>	<b>46,37%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>EXECUTIVO + DPE-GO</b>	<b>12.074.218.898,08</b>	<b>38,28%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ALEGO</b>	<b>370.262.433,38</b>	<b>1,17%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOC-GO</b>	<b>276.017.537,25</b>	<b>0,86%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOC-GO</b>	<b>147.600.424,22</b>	<b>0,47%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>F-P-GO</b>	<b>1.288.282.442,54</b>	<b>4,08%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>MP-GO</b>	<b>469.610.557,33</b>	<b>1,43%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de GoiásAssinado Digitalmente pelo Secretário de  
Estado da EconomiaAssinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
 PODER: CONSOLIDADO - Todos os Poderes  
 CNPJ: 01.409.580/0001-38  
 PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2021  
 RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

R\$ 1,00

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)*	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)			
2	<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>4.584.511.323,64</b>	<b>296.085.633,93</b>	<b>107.390.701,45</b>	<b>18.278.978,61</b>	<b>247.668.594,11</b>	<b>0,00</b>	<b>3.915.087.415,54</b>	<b>1.963.518.893,46</b>	<b>0,00</b>	<b>1.951.568.522,08</b>
3	Recursos Ordinários	4.058.945.802,49	274.031.830,20	103.877.574,27	17.683.187,19	221.389.405,27	0,00	3.441.963.805,56	1.620.684.448,51	0,00	1.821.279.357,05
4	Outros Recursos não Vinculados	525.565.521,15	22.053.803,73	3.513.127,18	595.791,42	26.279.188,84	0,00	473.123.609,98	342.834.444,95	0,00	130.289.165,03
5	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>4.670.084.334,43</b>	<b>40.312.383,59</b>	<b>69.779.571,36</b>	<b>18.081.223,97</b>	<b>346.666.083,58</b>	<b>0,00</b>	<b>4.195.245.071,93</b>	<b>1.361.287.414,43</b>	<b>0,00</b>	<b>2.833.957.657,50</b>
6	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Transferências do FUNDEB	180.403.387,30	0,00	2.534.758,63	0,00	0,00	0,00	177.868.628,67	39.412.429,74	0,00	138.456.198,93
8	Outros Recursos Vinculados à Educação	342.187.622,97	257.320,93	3.400.683,97	379.465,26	940.792,55	0,00	337.209.360,26	57.393.864,56	0,00	279.815.495,70
9	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Outros Recursos Vinculados à Saúde	505.302.494,65	1.236.498,92	2.928.726,44	0,00	0,00	0,00	501.137.269,29	34.009.125,38	0,00	467.128.143,91
11	Recursos Vinculados à Assistência Social	18.724.015,91	30.292,57	80.300,00	410.186,03	0,00	0,00	18.203.237,31	5.764.462,55	0,00	12.438.774,76
12	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário <sup>2</sup>	3.126.957,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.126.957,70	3.025.291,87	0,00	101.665,83
13	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-222.767,67	0,00	26.250,33	0,00	0,00	0,00	-249.018,00	2.596.445,54	0,00	-2.845.463,54
14	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	33.532.816,24	0,00	0,00	1.998.997,58	974.405,00	0,00	30.559.413,66	20.711.003,37	0,00	9.848.410,29
15	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	156.731.495,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.731.495,80	11.407.020,69	0,00	145.324.475,11
16	Outros Recursos Vinculados	3.430.298.311,53	38.788.271,17	60.808.851,99	15.292.575,10	344.750.886,03	0,00	2.970.657.727,24	1.186.967.770,73	0,00	1.783.689.956,51
17	<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>9.254.595.658,07</b>	<b>336.398.017,52</b>	<b>177.170.272,81</b>	<b>36.360.202,58</b>	<b>594.334.677,69</b>	<b>0,00</b>	<b>8.110.332.487,47</b>	<b>3.324.806.307,89</b>	<b>0,00</b>	<b>4.785.526.179,58</b>

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2021, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

- NOTAS:
1. A coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.
  2. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. As disponibilidades de caixa do RPPS, quando houver, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades.
  3. As Demais Obrigações Financeiras foram calculadas pela soma das obrigações que não passaram pela execução orçamentária, ou seja, que deveriam ter sido empenhadas e não foram, ou que tiveram o empenho cancelado (8.9.4.2.1.01.00-OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES e 8.9.4.2.1.02.00.00 - OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO ). No caso dos recursos vinculados, foram somados, ainda, o total dos valores restituíveis do passivo sem correspondência no ativo, tais como os depósitos e as consignações sem o valor correspondente nas contas de ativos (2.1.8.8.0.00.00-Valores Restituíveis (+) 2.2.8.8.0.00.00-Valores Restituíveis (-) 1.1.3.5.0.00.00-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (+) 1.1.3.5.1.08.00-Conta Especial-Precatórios (-) 1.2.1.2.1.06.00-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados).
  4. Houve divergências de metodologia, que resultou em alteração de valores, entre o somatório dos relatórios publicados pelos Poderes e Órgãos com a utilizada pelo Executivo em dois pontos:
    - 4.1. No demonstrativo do Ministério Público-MP, na coluna "Demais Obrigações Financeiras", foi informado o valor de R\$ 153.504,69, corresponde ao saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.98.00.00.00-DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (-) o saldo da conta contábil 1.1.3.8.1.99.18.00.00-DESEMBOLSOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS A SEREM RESTITUIDOS (+) o saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.98.97.01.01-OBRIGAÇÃO CONTRAÍDA POR ENTRADA EXTRA E COM DEDUÇÃO DE RECEITAS (F). O Executivo está aguardando resposta da STN quanto a obrigatoriedade da inclusão dos saldos dessas contas.
    - 4.2. No demonstrativo da Assembleia Legislativa-Alego, na coluna "Demais Obrigações Financeiras", foi informado o valor de R\$ 164.700.000,00, correspondente ao saldo das contas 2.1.1.1.1.01.01.01.00 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (URV), 2.1.1.2.1.01.01.01.00 - APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÕES (URV) e 2.1.1.4.3.01.01.01.00 - INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (PARCELAMENTO INSS).

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de GoiásAssinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da EconomiaAssinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



**ESTADO DE GOIÁS**  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

**ENTE:** ESTADO DE GOIÁS  
**PODER:** CONSOLIDADO - Todos os Poderes e Órgãos  
**CNPJ:** 01.409.580/0001-38  
**PERÍODO:** 3º Quadrimestre de 2021  
**RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)**

		Em reais	
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida		31.545.320.020,20
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		31.539.599.484,68
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		31.539.191.641,68
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	14.626.198.292,80	46,37
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	18.923.514.985,01	60,00
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	17.977.339.235,76	57,00
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	17.031.163.486,51	54,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	14.467.794.173,01	45,87
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	63.079.198.969,36	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	90.443.409,00	0,29
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.938.711.886,63	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.046.335.917,55	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.207.771.963,93	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
16	Valor Total	3.324.806.307,89	4.785.526.179,58

**FONTE:** Relatórios de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, DPE-GO, ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO), referentes ao 6º bimestre de 2021, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

**NOTA:** Os dados referente a Dívida Consolidada, Garantias de Valores e Operações de Crédito, são originários dos respectivos Anexos (2, 3 e 4) publicados anteriormente.

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado